

A Mulher e a Tripla Jornada de Trabalho: a Arte de Ser Beija-Flor

Autoria: Grazielle Alves Amaral, Adriane Vieira

RESUMO

A presença expressiva de mulheres no mercado de trabalho mostra que elas vêm ampliando continuamente sua participação nos mais diversos cargos e funções, no entanto, continuam sendo as principais responsáveis pelas atividades do lar e pelo cuidado dos filhos. A situação agrava-se com a crescente demanda por qualificação, exigindo que essas trabalhadoras cumpram, muitas vezes, três jornadas de trabalho: profissional, familiar e educacional. Este estudo analisou como as mulheres submetidas a essa tripla jornada de trabalho lidam com as pressões advindas da necessidade de conciliação dessas atividades. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cuja coleta de dados ocorreu através de entrevistas buscando obter as histórias orais temáticas de cinco mulheres. Os discursos foram submetido à técnica de análise do conteúdo e os resultados revelaram as formas criativas que as mulheres têm utilizado para lidar com a sobrecarga de atividades. Para elas, a tripla jornada de trabalho é uma escolha que não se constitui em fator de adoecimento ou de fadiga, apesar do acúmulo de atividades.

1 Introdução

O mundo globalizado, competitivo e com grandes avanços tecnológicos, passou a demandar, a partir do final do século passado, novas formas de organização do processo produtivo. Essas mudanças geraram um modelo capitalista de produção e relações de trabalho no qual as terceirizações, os contratos em tempo parcial, os informais e outras formas alternativas de acordos tornaram-se condições de sobrevivência e de competição. A crença no emprego estável, bem pago e por tempo indeterminado, construída no auge do desenvolvimento industrial do pós-Segunda Guerra Mundial desmoronou (WÜNSCH FILHO, 2004).

Esse cenário abriu espaço para a maior participação da mulher no mercado de trabalho, não só pela necessidade de complementação da renda familiar, mas também pelas mudanças nos padrões comportamentais trazidas pelo controle da natalidade por meio da pílula anticoncepcional, do movimento feminista e do movimento hippie. Bruschini e Lombardi (2003), além de atribuírem o significativo aumento da inserção feminina na atividade produtiva à necessidade econômica decorrente das mudanças no mundo do trabalho e às novas oportunidades surgidas a partir de então, apontam também como causa dessa tendência as transformações demográficas, culturais e sociais que vêm alterando o perfil das famílias brasileiras. Isso pode ser constatado, por exemplo, pela redução do número de filhos e pelo aumento quantitativo de famílias chefiadas por mulheres. Essas autoras destacam também que as mudanças culturais relativas ao papel social da mulher, decorrentes dos impactos provocados pelos movimentos feministas iniciados na década de 1970, e do aumento da presença feminina no mercado de trabalho contribuíram para a sua maior aceitação no espaço produtivo. Contudo, é preciso esclarecer que as antigas condições de discriminação foram apenas atenuadas, uma vez o processo de promoção continua sendo mais lento para elas; o desemprego feminino cresce mais que o masculino e ainda existem desníveis salariais em relação aos homens ocupantes do mesmo cargo (CORRÊA, 2004; OLIVEIRA *et al.*, 2000; BRUSCHINI, 1994; VILAS BOAS *et al.*, 2003).

Girão (2001) afirma que as questões relativas às representações de gênero acabam por colocar as mulheres como as maiores responsáveis pelas obrigações domésticas, principalmente em termos de cuidados com a família. Além disso, segundo Bruschini e Lombardi (2003), a presença de filhos pequenos dificulta ou até mesmo inviabiliza suas

atividades profissionais, como evidencia o baixo índice de participação no setor produtivo de mães com filhos em idade inferior a dois anos, em comparação às demais.

A complexidade da situação feminina agrava-se, na atualidade, com a crescente demanda das empresas por maior qualificação do trabalhador, exigindo da mulher o cumprimento de não apenas duas jornadas de trabalho, mas três, aqui entendidas como a conciliação das atividades profissionais, familiares e educacionais.

A fase pós-industrial do capitalismo trouxe, a partir da década de 1980, novas formas de gestão empresarial ancoradas na aprendizagem e inovação constantes, determinando novas exigências quanto ao perfil do trabalhador que deve atualizar constantemente seu conhecimento (LEITE; GOULART, 2006). No caso das mulheres, a necessidade de aprimoramento da aprendizagem ganha um peso maior, pois, para conquistarem mais espaço no mundo do trabalho elas precisam estar mais bem preparadas. Bruschini e Lombardi (2003) destacam que, quando as mulheres atingem cargos e salários comparáveis aos dos homens, elas normalmente são “superdiplomadas”.

É nessa perspectiva que se situou o foco de interesse do presente estudo, que teve por objetivo descrever e analisar como as mulheres lidam com as pressões advindas da necessidade de conciliação das atividades profissionais, do cuidado com a família e das exigências da educação continuada. A pesquisa, de natureza qualitativa e descritiva, contou com a utilização da metodologia de história de vida temática. Foram cinco as mulheres entrevistadas, escolhidas em função da condição de ser mãe, trabalhadora e estudante. A técnica de análise utilizada foi a de conteúdo. Na seqüência deste artigo, serão apresentados: o referencial teórico que deu suporte à análise dos dados, a metodologia de pesquisa e a análise dos dados.

2 Referencial teórico

2.1 Participação da mulher no mercado de trabalho

De acordo com o Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2000), a sociedade brasileira passou por profundas transformações demográficas, socioeconômicas e culturais nesses últimos 20 anos, que repercutiram intensamente nas diferentes esferas da vida familiar. As tendências que mais se destacaram quanto às formas de organização doméstica foram a redução do tamanho das famílias e o crescimento da proporção de lares sob a responsabilidade das mulheres, que passou de 18,1% em 1991, para 24,9% em 2000. Para cada 100 mulheres, havia no Brasil 96,93 homens, sendo que os censos anteriores também revelaram maior presença feminina no país.

Esses dados revelam que a mulher tem estado cada vez mais voltada para o espaço produtivo, o que pode ser observado pela diminuição do número de filhos (a taxa de fecundidade caiu de 5,8 filhos na década de 1970 para 2,3 filhos nos anos 2000), o aumento da participação feminina na População Economicamente Ativa - PEA (8% em 1940 e 46,4% em 2008) e a ampliação de sua escolaridade (IBGE, 2008). Sobre esse último indicador, no âmbito da PEA, constatou-se que em 1998, 29,2% das mulheres tinham onze ou mais anos de estudo, enquanto essa porcentagem entre os homens era de 20,2%. Por outro lado, entre os mais escolarizados de ambos os sexos (média de quinze anos de estudo), 85% dos homens e apenas 67% das mulheres ganhavam mais de cinco salários mínimos (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2003; IBGE, 2000).

O incremento da participação feminina no mercado trouxe para o mundo produtivo um número significativo de mulheres maduras, casadas e com filhos, a partir da década de 1980, gerando outro grande desafio em relação ao trabalho feminino: a reformulação da organização familiar. “Uma família igualitária, com uma divisão de trabalho que leve os homens a partilhar com as companheiras tanto as responsabilidades profissionais quanto as familiares e

domésticas, é condição para a conquista da cidadania pelas mulheres” (BRUSCHINI, 1994, p.31).

Corrêa (2004) destaca a dupla jornada como um dos motivos de a mulher ainda não ter alcançado conquistas equivalentes às do homem no mercado de trabalho, já que ela continua responsável pelas atividades do lar, aspecto a que atribui à maioria dos casos de doenças profissionais femininas.

Girão (2001) explica as representações quanto às diferenças entre o masculino e o feminino como derivadas dos condicionamentos sociais a que os indivíduos são submetidos. As estruturas psicológicas assim formadas levam a mulher a sofrer certo sentimento de culpa quando opta por se inserir no mercado de trabalho, abrindo mão de uma vida dedicada exclusivamente ao lar; por outro lado, o sentimento de fracasso a persegue quando opta por se realizar como mulher, sem participação no mundo do trabalho formal.

Dowbor (2003) ressalta que a inserção da mulher no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que traz alguns avanços, contrasta com certos atrasos sociais. A título de exemplo, observa que, apesar de a mulher estar atingindo um nível de formação educacional superior ao do homem, há evidentes desníveis salariais entre homens e mulheres, além de uma divisão desigual da carga de trabalho familiar.

Laufer (2003, p. 127) destaca: “agora, iguais de direito, as mulheres permanecem desiguais de fato”. A citada autora aborda os três âmbitos em que essas desigualdades se manifestam: na esfera profissional, as mulheres ainda não alcançaram o mesmo patamar de remuneração nem de cargos que os homens; no aspecto social, elas ainda estão sujeitas aos papéis de esposas e mães, que as colocam em situação de dependência; no âmbito familiar, sofrem as desigualdades da divisão sexual do trabalho doméstico.

2.2 Trabalho: prazer e sofrimento

Segundo Dejours e Abdoucheli (1994), o termo sofrimento refere-se a uma série de mecanismos de regulação do psiquismo, ou seja, um estado de luta do sujeito contra as forças adoecedoras ligadas à organização do trabalho. Para os autores, mesmo que haja sofrimento, não significa necessariamente que exista doença, pois, o indivíduo lança mão de estratégias defensivas na tentativa de ajustar-se diante dos conflitos, quando estes se acentuam e elevam o nível de tensão. Os conflitos seriam não apenas os acontecimentos internos ou externos ao indivíduo, que caracterizam um momento crítico para a própria sobrevivência emocional, fazendo-o sentir-se ameaçado, mas também a incompatibilidade entre seus sentimentos, desejos e os valores (morais, sociais, éticos) e papéis que tem que desempenhar (ALMEIDA, 1996). A incompatibilidade entre o funcionamento psíquico do sujeito e a organização do trabalho atua como motivo de sofrimento, o qual acontece “[...] quando estão bloqueadas todas as possibilidades de adaptação entre a organização do trabalho e o desejo dos sujeitos” (DEJOURS, 1991, p. 10). A luta entre os desejos do sujeito e a organização do trabalho pode trazer soluções favoráveis à produção no trabalho e à saúde, caracterizando-se como um sofrimento criativo, mas pode também gerar soluções desfavoráveis à saúde, instalando-se o sofrimento patológico, que acontece após serem explorados todos os recursos defensivos do sujeito (DEJOURS, 1991).

Para Dejours (1994), nos casos em que a organização do trabalho é favorável e as exigências da tarefa estão de acordo com as necessidades do trabalhador, o trabalho é exercido com prazer, ou seja, a descarga de energia proveniente da execução da tarefa gera uma sensação de prazer, pois, a organização do trabalho vai ao encontro dos desejos psicológicos e das necessidades fisiológicas do sujeito. Segundo o autor, outra possibilidade de que o trabalho seja favorável ao equilíbrio mental é quando seu conteúdo é fonte de satisfação sublimatória. Em ambos os casos, as dificuldades advindas do trabalho são facilmente aceitas, pois, mesmo que gere algum sofrimento, o prazer de sua realização

permite ao sujeito uma melhor defesa. Ao contrário, quando se trata de uma organização rígida, que impeça qualquer adaptação, o trabalho torna-se fonte de tensão e, conseqüentemente, de sofrimento, ou seja, a falta de controle sobre o contexto de trabalho é fonte de tensão e desprazer, e mais uma vez as defesas psicológicas se tornam necessárias.

O conceito de estratégia defensiva, no âmbito da Psicopatologia do Trabalho, tem origem nos estudos de Freud sobre mecanismos de defesa, os quais, segundo Almeida (1996), surgem a partir da tentativa do indivíduo de ajustar-se diante dos conflitos, quando estes se acentuam, elevando o nível de tensão.

As estratégias defensivas têm como alvo principal minimizar a percepção do sofrimento e dão ao sujeito um suporte, funcionando como modos de proteção. São específicas das diferentes categorias profissionais, sendo construídas e sustentadas pelos trabalhadores que, coletivamente, utilizam das estratégias defensivas para lidar com as contradições suscitadas pela precarização do trabalho (DEJOURS, 2004).

Tallaferro (1989) distingue dois tipos de mecanismos de defesa: aqueles elaborados diante de perigos intrapsíquicos e os que são utilizados mediante perigos extrapsíquicos. Os mecanismos intrapsíquicos são elaborados em face de situações desagradáveis, geradas no próprio indivíduo, como forma de proteger-se. Os mecanismos extrapsíquicos, por sua vez, são elaborados em face de situações desagradáveis, provenientes do mundo exterior.

Os principais mecanismos intrapsíquicos citados na literatura por Almeida (1996), Tallaferro (1989) e Selligman-Silva (1994) são: repressão, regressão, projeção e sublimação.

A **repressão** representa o mecanismo de defesa através do qual se evita que as representações desconfortáveis tenham acesso à consciência, mediante a expulsão do impulso instintivo do sistema pré-consciente, impedindo-o que chegue à consciência ou que produza alguma ação. Dessa forma, o ego se organiza, controlando a pulsão e evitando perder o controle (ALMEIDA, 1996). Para Seligmann-Silva (1994), a repressão está ligada à manutenção da civilização entre os homens, pois através dela são excluídos da consciência os pensamentos ou sentimentos perturbadores ou socialmente censurados, porém, quando exacerbada, a repressão leva a um sintoma ou doença, como costuma ocorrer nos casos de histeria.

A **regressão** constitui um mecanismo através do qual a atividade psíquica é conduzida a um estágio cronologicamente anterior ao grau de maturidade já alcançado. Depois de tentativas frustradas de gratificação instintiva, o indivíduo pode recorrer a estágios anteriores, em que já tenha experimentado tais satisfações (TALLAFERRO, 1989). Almeida (1996) cita como exemplo de atitudes regressivas a satisfação através dos sonhos ou de momentos de nostalgia, além de situações nas quais o indivíduo tenta alcançar um patamar muito alto na vida pessoal ou profissional e, conseqüentemente, com um grau de responsabilidade muito maior e, diante da ameaça de não dar conta, retrocede a estágios anteriores, já conhecidos e, por isso, mais seguros. A regressão, nesses casos, pode aparecer através do medo do sucesso ou da vontade de abandonar um projeto.

Outro mecanismo de defesa intrapsíquico descrito por Tallaferro (1989) é a **projeção**, considerada como uma defesa, na medida em que o indivíduo transfere a um objeto externo suas próprias tendências inconscientes, inaceitáveis para seu superego, percebendo-as como características do objeto e não suas. Segundo Almeida (1996, p. 59), “o sujeito projeta o que nega em si próprio, atribuindo ao outro qualidades, sentimentos ou desejos que seriam originariamente seus”. Destaca o autor que, em situações cotidianas de pressão ou tensão inaceitáveis, pessoas consideradas normais recorrem à projeção como forma de manter a homeostase psíquica.

O mecanismo de **sublimação** é descrita por Tallaferro (1989) como um processo de adaptação dos impulsos do id às normas do meio ambiente, através da ação do ego e da influência do superego, com proveito para o sujeito e para a sociedade. Ela é considerada

como uma defesa bem-sucedida, em que o ego consegue, com sucesso, a harmonização dos impulsos do id com as exigências do meio ambiente e do superego. Nesse processo, os instintos abandonam seu objetivo original e elegem um outro fim, mais compatível com as exigências da sociedade e do superego, conseguindo, assim, um outro tipo de satisfação. Os instintos que antes eram sexuais ou agressivos se transformam em energia que será utilizada no trabalho, na realização de uma obra de arte, numa pesquisa científica, enfim, em qualquer atividade dentro do processo de civilização. Para isso, é necessário que o instinto se dessexualize ou perca a agressividade, tornando-se subordinado ao ego, sem ser reprimido.

O autor se refere ao trabalho como uma das formas de orientação das energias agressivas mais utilizadas, já que, de certa forma, pode ser considerado como uma luta contra algo, por ser uma ação do homem na natureza. Quando o trabalho assume o sentido de sublimação da energia, ele representa uma atividade prazerosa, ao contrário do trabalho como formação reativa, que é realizado como algo forçado, sem prazer. Segundo Almeida (1996), a sublimação, na medida em que significa a canalização dos impulsos agressivos para atividades socialmente nobres, representaria o surgimento da civilização e da cultura.

Os principais mecanismos extrapsíquicos que costumam aparecer no contexto do trabalho segundo Mendes, Costa e Barros (2003) e Selligman-Silva (1994) são: negação, racionalização, compensação, individualismo e passividade.

Mendes, Costa e Barros (2003) destacam a **negação** como um mecanismo de defesa utilizado no contexto de trabalho como forma de controlar o contexto causador de conflitos e contradições que geram sofrimento psíquico. Através da negação, o sujeito nega a realidade com a qual ele se sente impotente para lidar. Para isso, ele cria uma falsa situação que lhe seja mais fácil de enfrentar do que a real. Esse controle permite a minimização da ansiedade, do medo e da insegurança que a situação provoca, mas não permite a mobilização em prol da modificação deste contexto.

Seligmann-Silva (1994) reporta-se ao mecanismo da **racionalização**, através do qual o indivíduo atribui à realidade explicações coerentes, do ponto de vista lógico, ou aceitáveis do ponto de vista moral, quando se depara com situações dolorosas. Ainda que a explicação seja consciente, ele não tem consciência de que está racionalizando tal situação. Segundo Mendes, Costa e Barros (2003), a utilização desse mecanismo de defesa por determinada categoria profissional mostra que o grupo está imóvel diante da dificuldade enfrentada na organização do trabalho, pois a tentativa é de não modificar o que está errado e não de questionar.

Essas autoras ainda citam um outro mecanismo de defesa comum entre profissionais que não tentam mudar a realidade causadora de sofrimento: a **compensação** através de atividades físicas ou de lazer, fora do ambiente de trabalho. Essa é uma forma de controlar o sofrimento e não de buscar mudanças para transformar sua situação geradora. Barros e Mendes (2003) também destacam o **individualismo** como outra de defesa na medida em que os trabalhadores, diante do próprio sentimento de impotência para transformar a situação geradora de sofrimento, buscam neutralizar-se do contexto provocador de desgaste. Almeida (1996) descreve esse mecanismo com o nome de **isolamento**, sendo este um recurso adotado pelo indivíduo que busca obsessivamente distanciar-se das experiências ameaçadoras, separando a conduta do sentimento, como forma de não perceber a relação entre o conflito e o sintoma; isola-se em seu mundo e não se envolve afetivamente em situações que lhe pareçam ameaçadoras para seu psiquismo, podendo levar ao embotamento afetivo.

A **passividade** também pode ser encontrada no meio profissional como forma de defesa contra o tédio e o medo de perder o emprego. Em sua pesquisa sobre as estratégias defensivas dos operários terceirizados da construção civil, Barros e Mendes (2003) reportam-se aos meios de defesa identificados nesse âmbito tais como negação, compensação e fuga de situações desagradáveis, com vistas a minimizar o sofrimento. Evidenciam, contudo, a tendência à alienação dos trabalhadores, no que tange à busca de mudanças no contexto do

trabalho, já que esses mecanismos têm o efeito de produzir certa estabilidade psíquica artificial.

Dejours (2004) propõe ainda uma outra tipologia, as defesas de proteção, de adaptação e de exploração. Caracterizadas pelos modos de pensar, sentir e agir compensatórios, as defesas de proteção são utilizadas pelos trabalhadores para suportar o sofrimento. Os trabalhadores conseguem evitar o adoecimento se alienando das causas do sofrimento, não agindo sobre a organização do trabalho, mantendo inalterada a situação vigente. Já as defesas de adaptação e exploração podem se esgotar mais rapidamente porque exigem do trabalhador um investimento físico e sócio-psíquico além do seu desejo e capacidade. Essas defesas têm nas suas bases a negação do sofrimento e a submissão ao desejo de produção.

3 Metodologia de pesquisa

Essa investigação caracterizou-se por ser qualitativa e descritiva, tendo como sujeitos de pesquisa cinco mulheres trabalhadoras que dividiam seu tempo entre as obrigações profissionais (independentemente do cargo ocupado), as exigências do estudo acadêmico e os cuidados com a família e os filhos. As mesmas foram escolhidas pelo critério de acessibilidade, ou seja, de facilidade de acesso às entrevistadas (VERGARA, 1998). Todas as mulheres estavam na faixa etária de 42 a 55 anos, tinham pelo menos um filho, estavam inseridas no mercado de trabalho e davam continuidade aos seus estudos num curso de mestrado em administração.

Para preservar a identidade das entrevistadas, elas serão identificadas na análise dos dados pela letra M (referindo-se a Mulheres) seguida por uma seqüência de números de 1 a 5, que foram dados conforme a ordem cronológica em que foram realizadas as entrevistas. O QUADRO 1 contém os dados de caracterização dos sujeitos.

QUADRO 1 - Caracterização dos sujeitos da pesquisa

Mestranda	Idade	Profissão	Idade dos filhos	Tempo de Mestrado*
M1	55 anos	Gerente de projetos	25 e 26 anos	2 anos
M2	44 anos	Empresária e professora	16 e 19 anos	2 anos
M3	52 anos	Gerente de projetos	22 e 26 anos	2 anos
M4	42 anos	Autônoma (Clínica e consultoria)	15 anos	1 ano e meio
M5	43 anos	Gerente de Assistência à Saúde	13 e 18 anos	2 anos

Fonte: dados da pesquisa.

A história oral temática foi a metodologia escolhida para a realização da pesquisa. Segundo Meihy (1996), esta se diferencia da história oral de vida por ter um caráter bem específico, o de se interessar apenas por detalhes pessoais da vida do narrador, que tenham relação direta com a temática central da pesquisa.

As entrevistas realizadas foram do tipo indutivo, de acordo com o conceito de Meihy (1996), segundo o qual o assunto deve ser introduzido aos poucos, ao longo da entrevista, oferecendo-se estímulos gradativos ao depoente, de modo que as questões sejam contextualizadas e sigam uma determinada ordem de importância, portanto, a coleta de dados foi não-diretiva.

Para a análise dos dados coletados recorreu-se à técnica de análise de conteúdo. Segundo Triviños (1987), essa técnica permite ir além da descrição dos relatos dos sujeitos, mediante a análise do seu conteúdo, fazendo inferências fundamentadas no referencial teórico.

A análise do conteúdo do tipo categorial temática permitiu estabelecer quatro categorias de análise que serão descritas na seqüência deste artigo: trabalho, atividades do lar

(subdivididas nas categorias “esfera familiar *versus* espaço de produção e ressignificação do sentimento de culpa”), mestrado e conciliação das jornadas de trabalho.

Essas categorias de análise, embora interligadas no discurso das mulheres, foram tratadas separadamente, com vistas a perceber com maior clareza a forma como elas lidam com cada uma das esferas da tripla jornada, e, por fim, identificar as estratégias utilizadas na conciliação dessas atividades.

4 Descrição e análise dos dados

4.1 O trabalho como parte importante da vida

Para todas as mulheres entrevistadas, o trabalho constitui-se em um dos valores essenciais de sua vida. Na história de cada uma, foi possível perceber que essa configuração do trabalho foi sendo moldada desde a infância ou adolescência.

Na história de M1, o trabalho começou a fazer parte de sua vida, quando cursava o Ensino Médio. Membro de uma família de classe média, ela começou a trabalhar por interesse pessoal; não por necessidade financeira. “[...] em casa mesmo a gente vai começando com aquela vontade de trabalhar”. M1 trabalha há 30 anos e, para ela, trabalhar significa ser produtiva. O fato de estar se aproximando da aposentadoria tem-lhe suscitado reflexões sobre como irá preencher seu tempo. Outro fato que demonstra a importância do trabalho em sua vida é a forma como ela se apegua às empresas em que atua: até hoje foram apenas três organizações, tendo saído das duas primeiras com dificuldade: “Você adota o lugar”. Em seu depoimento, é possível perceber que ela se identifica com a empresa em que trabalha, tratando-a como se fosse um negócio próprio: “[...] nós somos os acionistas dessas empresas, nós somos os donos dessas empresas. Então, debaixo da nossa empresa, há vários negócios que nós fomos adquirindo ao longo dos tempos. Eu faço parte dessa equipe”.

Já M2 tem uma história bem diferente em relação ao trabalho. Por ser oriunda de uma família de classe baixa, o trabalho, em sua vida, constituía uma necessidade de sobrevivência, desde quando ainda era muito nova. Além disso, o trabalho representava condição indispensável a seus estudos, pois tinha que trabalhar para poder estudar (seu sonho). O estudo, por sua vez, constituía condição para que tivesse melhores condições de trabalho. Desde então, sua trajetória tem sido construída mesclando trabalho e estudo. Mesmo com as dificuldades de conciliação da tripla jornada, M2 declarou que não gostaria de ter uma vida diferente, ressaltando durante a entrevista: “Para eu me sentir bem, eu tenho que estar trabalhando”. O trabalho, para M2 tem seu significado ligado à idéia de evolução, pois, vinda de uma família de classe baixa, acompanhou a evolução de seu pai através do trabalho, instrumento pelo qual quer continuar traçando sua trajetória. “Meu pai, no início dele aqui em Belo Horizonte, ele foi catador de papel [...] até trabalhar no Ministério da Agricultura. Tem um histórico assim, de evolução. Isso faz parte dos valores familiares de trabalho, de crescimento, de sair de uma situação e ir pra frente”. Na entrevista, foi possível perceber o quanto M2 se identifica com a necessidade de ser sempre ativa, para viabilizar sua tripla jornada de trabalho:

Então, eu gosto de chegar ao final de semana e ter trabalhado e ter estudado. O sentimento é este: às vezes, cansada; lógico! Mas, se cansar, você deita, dorme e descansa. [...] É claro que eu tive crises assim, de achar que não ia dar conta do mestrado, mas, isso é fase. (M2)

M3, por sua vez, veio de uma família de classe média e teve igualmente uma criação voltada para a importância do trabalho. Relatou que seu pai sempre falava com as filhas que elas não deveriam ficar esperando ter um marido que fosse sustentá-las; precisavam trabalhar e construir sua independência. Com esse ideal, M3 buscou seu primeiro emprego aos 18 anos, não por necessidade, mas pela vontade de ter seu próprio dinheiro. Desde então, sempre trabalhou. Durante a entrevista, ela demonstrou orgulho de falar de seus 34 anos de trabalho,

manifestando sua satisfação em todas as experiências profissionais, pois ressaltou o lado positivo de cada uma. M3 também fala com entusiasmo de seus estudos, como forma de complementar o trabalho, deixando transparecer em seu discurso a sede por aprendizado. Em sua percepção, os sentimentos de alegria e de satisfação por estar trabalhando e estudando ultrapassam o cansaço e a sensação de peso; portanto, não se sente pressionada, mas, sim, estimulada. “[...] Vamos dizer assim, 80% de alegria, de realização e 20 % de peso” (M3).

M4 iniciou a entrevista com a frase “o trabalho é uma parte muito importante da minha vida, sempre foi” e a repetiu algumas vezes durante seus depoimentos. Começou a trabalhar aos 15 anos, por vontade própria e não por necessidade. O valor subjetivo do trabalho e a busca de seu significado em sua vida foram reiteradamente enfatizados, declarando que sempre procurou realizar atividades que fizessem sentido para ela, de alguma forma, ligadas às suas áreas de atuação (Psicologia e Pedagogia). O mestrado também teve esse significado: sua decisão por realizá-lo foi motivada pela necessidade de preencher sua vida com algo que lhe fosse significativo, depois de um período complicado, em que chegou à depressão, em função de uma demissão. M4 ressaltou a importância do “amor” em tudo o que faz como uma forma de tornar agradável e possível a realização de tantas atividades que lhe são exigidas ao longo da sua da tripla jornada de trabalho.

M5 teve uma criação familiar que ressaltava o trabalho como a única forma de se alcançar qualquer mérito na vida. Educada dentro desse preceito, aos 16 anos de idade, veio do interior para a capital mineira para estudar, pois o curso superior lhe daria melhores condições de trabalho e, conseqüentemente, de vida. O início de sua carreira profissional foi marcado por algumas dificuldades que fizeram com que tivesse que se submeter ao que chama de “subempregos”, em clínicas de terceiros, até que pudesse construir seu próprio consultório particular, captar clientes e obter aprovação em concursos públicos. Segundo seu relato, foi construindo seu espaço profissional aos poucos e com muito sacrifício. Hoje, considera que seu trabalho tem um significado associado à luta para conseguir chegar onde queria e, ao mesmo tempo, à realização, pelo prazer e pela alegria da vitória.

Jacques (1996) aponta a articulação inseparável entre identidade e trabalho, na medida em que o papel social torna-se essencial na constituição da identidade. A autora destaca, então, a expressividade que o papel de trabalhador assume na constituição da identidade do homem ocidental a partir da consolidação do sistema capitalista, na medida em que se exalta o trabalho. Portanto, a compreensão da constituição do ser humano passa pela compreensão do seu contexto sócio-histórico, em que, no caso da sociedade ocidental capitalista, resalta-se a importância do trabalho e, conseqüentemente, do papel do trabalhador como representante do eu. Portanto, o trabalho pode ser visto não só como fonte de reconhecimento social, mas como elemento constitutivo do ser. Nessa perspectiva, é possível analisar a importância que o trabalho tem para as mulheres entrevistadas, uma vez que elas se sentem realizadas e reconhecidas pelo que fazem. Reconhecidas não só pelo outro, mas pelo sentido de auto-realização que o trabalho tem para elas, como fonte de prazer. Sentem-se intimamente gratificadas por estarem trabalhando e estudando; livres, por poderem realizar, através do trabalho, suas escolhas; satisfeitas, por verem o resultado do seu trabalho. Ao mesmo tempo, revelam medo de não serem capazes, de não serem reconhecidas como gostariam; de se tornarem improdutivas ao se aposentarem; sofrem certo sentimento de culpa, por não alcançarem padrões auto-impostos de desempenho, em seus papéis sociais.

As histórias dessas mulheres em relação ao trabalho alinham-se com alguns aspectos ressaltados por Bittencourt (1980) sobre a inserção feminina no mercado de trabalho: a participação da mulher no espaço produtivo pode ser vista como uma “salvação” para ela, por permitir-lhe a sua saída do ambiente doméstico e a possibilidade de se colocar ao lado do homem, na produção social. Nos casos enfocados nesta pesquisa, porém, o termo “salvação”, utilizado pela referida autora, não se aplica, já que as mulheres entrevistadas não

manifestaram o sentimento de que estavam em uma condição tão precária que precisassem ser salvas. Igualmente não-aplicáveis nesta pesquisa são as observações da autora de que a inserção no contexto produtivo não significa a liberação feminina em relação às tarefas domésticas, tampouco sua libertação e emancipação das condições de exploração, não só no âmbito familiar, mas também no profissional. No caso das mulheres participantes desta pesquisa, evidenciou-se que elas não se sentem exploradas nem em casa nem no trabalho; ao contrário, sentem-se realizadas.

De fato, embora historicamente a inserção da mulher no mercado de trabalho esteja ligada às características de precarização e exploração, a mulher contemporânea tem conquistado um espaço cada vez mais amplo em diversos ramos do mercado, inclusive em posições privilegiadas, algumas vezes chegando a ocupar postos gerenciais, tendo condições de desenvolver um trabalho digno. Em função desse contexto, sentem a necessidade e têm condições de investir em seu aprimoramento profissional, através da educação continuada. Estar nessa condição é, para as mulheres participantes desta pesquisa, motivo de orgulho e satisfação. Relatam que esse sentimento de prazer, ligado às suas conquistas profissionais, faz com que a tripla jornada de trabalho não seja encarada como um peso ou uma obrigação, mas, sim, como uma escolha que gera realização.

4.2 Esfera familiar *versus* espaço de produção

A participação feminina no mercado de trabalho representa para a mulher um grande desafio, em função de seu papel na esfera privada continuar sendo referência no âmbito afetivo emocional. Quanto às responsabilidades que as entrevistadas se atribuem, observou-se consensual preocupação com o acompanhamento dos filhos e com o funcionamento da casa:

Eu sou mãe de uma adolescente de 15 anos. Então, faço questão de acompanhar sempre que precisa. Eu não tenho que cozinhar e lavar. Eu não tenho essas responsabilidades, mas eu tenho que coordenar essas atividades. (M4)

Aqui em casa eu faço questão de acompanhar meus filhos [...] muito de perto, indo a reuniões, vendo a evolução dos trabalhos deles, ouvindo os meninos [...] participando das conquistas, das vitórias deles. (M5)

Você tem que sentar, você tem que conversar, tem todo esse processo com os filhos, né? Agora, [...] uma coisa que eu procuro fazer todos os dias, é almoçar com eles. (M2).

Pôde-se perceber certo alinhamento entre o discurso das entrevistadas e as considerações de Girão (2001), no que diz respeito à atribuição da maioria das responsabilidades do lar à mulher, a despeito das possíveis rupturas em relação ao modelo tradicional, que coloca o homem como responsável pela esfera pública e a mulher como responsável pelo espaço privado. A constatação de Girão (2001) de que a representação da mulher como base do lar é tão forte, que se sobrepõe à queixa em relação ao acúmulo de tarefas, igualmente se confirmou no presente estudo.

Outro aspecto consensualmente apontado pelas entrevistadas como um grande facilitador na conciliação de sua tripla jornada de trabalho foi o apoio do marido, tanto na divisão das atividades de casa, como em termos emocionais. M5 enfatiza: “Meu marido me deu todo estímulo. Ele, na verdade, foi minha âncora”.

É possível notar nas entrevistas, o início de uma reformulação da organização familiar, como proposta por Bruschini (1994), que ressalta ser essa redivisão mais igualitária de tarefas condição para a conquista da cidadania pelas mulheres. Contudo, como observa Girão (2001), continua recaindo sobre as mulheres o ônus dessa reestruturação, pois, mesmo assumindo funções técnicas no mercado de trabalho, elas continuam se sentindo responsáveis pelas funções do lar e muitas delas resistem à idéia de delegação das tarefas domésticas, o que dificulta o estabelecimento de novas formas de relação. Segundo o estudo dessa autora, mesmo quando algumas conseguem fazer essa divisão com o cônjuge, a representação de

responsabilidade sobre o lar não se rompe e elas continuam a cobrar de si algumas atividades e responsabilidades tradicionalmente consideradas atribuições femininas:

Comprar uniforme, comprar material escolar sempre foi comigo, levar no médico, sempre. À medida que elas foram crescendo, mais coisas de mãe, né? Então tem que ser mãe mesmo. (M3)

Então, essas são as exigências que eu faço comigo mesma, ter uma casa agradável. Não ficar aquela casa assim: 'a mãe não tem tempo de cuidar de casa'. (M3)

É possível notar que, apesar das rupturas em relação aos modos tradicionais de divisão sexual do trabalho, há também permanências. O conceito de desmapeamento de Nicolaci-da-Costa (1985, p. 159), que se “refere à convivência, no sujeito, em níveis diferentes, de dois ou mais conjuntos de valores (ou mapas) internalizados em algum momento de sua formação” pode ser observado no discurso das mulheres entrevistadas. Ao mesmo tempo em que elas vivem, na prática, o ideal de independência feminina, ainda existe uma crença, mesmo que implícita, de que, cabe a elas, o exercício de papéis ligados ao lar e à família. É possível que formas tradicionais e modernas de práticas e expectativas relacionadas à divisão sexual das tarefas convivam simultaneamente.

No relato abaixo de M3, nota-se essa convivência de conceitos. Ela destaca o fato de seu marido não lhe cobrar o cumprimento do papel tradicional atribuído à mulher como um aspecto facilitador para que ela pudesse conciliar sua dedicação ao trabalho e à família ao longo de sua carreira, ou seja, ao mesmo tempo em que ela vive seu trabalho extra-lar de forma intensa e emancipada, ainda existe, implícita, a crença de que seu marido precisa compreendê-la e aceitá-la como tal:

[...] minha vida nunca foi um inferno, nesse sentido, porque eu sempre tive um marido compreensivo, não é do tipo que ficava pegando no meu pé: 'Ah... Vai ter que viajar? Tem menino pequeno, não pode'. (M3)

Coelho (2005), tratando das representações de gênero nas relações familiares, observa como existem contradições e ambivalências entre os casais no que diz respeito à divisão sexual das tarefas. Com a entrada da mulher no mercado de trabalho, passou a existir maior flexibilidade quanto ao papel de provedor familiar, mas ainda há dificuldade de redivisão das atividades domésticas, e esta continua sendo uma área sob domínio feminino. Segundo a autora, isso acontece, principalmente, pelas relações de poder presentes nas relações de gênero; assim, dividir tarefas pode ser visto como perda de espaço e, conseqüentemente, perda de poder. Portanto, na relação conjugal, com algumas exceções, o âmbito econômico ainda permanece sob controle do homem, e o cuidado da casa e dos filhos sob controle da mulher. Porém, Coelho (2005) aponta para a existência de algum movimento em direção a mudanças nas relações de gênero, já que muitos casais questionam a ordem existente e tentam integrar as semelhanças e diferenças entre homem e mulher, flexibilizando algumas definições de papéis. Ao mesmo tempo, essa reciprocidade nem sempre é conseguida: “O ideal igualitário encontra um contexto sócio-histórico em que até então prevaleceu o ideal hierárquico, tendo de se travar uma luta pela auto-afirmação do indivíduo e por sua maior participação nas formas de poder” (COELHO, 2005, p. 177).

Outro aspecto consensualmente revelado nas entrevistas é o fato de que todas as mulheres, para conciliarem os novos papéis que vêm assumindo com as exigências do tradicional modelo familiar, adotam o mecanismo de buscar o apoio de uma empregada doméstica na realização de grande parte das atividades do lar. Nas entrevistas, foi possível perceber a importância dessa figura, tratada como uma pessoa amiga, até mesmo como membro da família, de inteira confiança, além de ser uma profissional já treinada para a realização das tarefas que lhe são delegadas. Nesse sentido, é possível observar que a emancipação dessas mulheres está atrelada à questão da posição social, já que o fato de hoje pertencerem a uma classe social privilegiada é um dos fatores essenciais para que possam se

dedicar à educação continuada e, ao mesmo tempo, realizar suas atividades profissionais normalmente.

Eu tenho uma pessoa maravilhosa, [...] que eu amo de paixão, porque ela é quem me ajuda, lógico, porque eu tenho que ter alguém. (M2)

Bittencourt (1980) defende o ponto de vista de que esse recurso, adotado por muitas mulheres para conseguirem lidar com a necessidade de cuidar dos filhos e se manterem no mercado de trabalho perpetua a precarização do trabalho feminino, ou seja, a emancipação de algumas mulheres acontece às custas da precarização do trabalho de outras.

4.3 Resignificação do sentimento de culpa

A questão da culpa por não exercerem o papel tradicionalmente atribuído às mulheres, como mães e donas-de-casa, apareceu nas entrevistas de formas diferentes. Uma das entrevistadas (M1) não revelou sentir culpa por sua ausência decorrente de sua atual jornada tripla de trabalho, pois suas duas filhas já estão independentes, não necessitando muito da presença da mãe.

[...] hoje, o trabalho é o que me exige tudo, sabe? Eu já estou com a família criada. Tem as exigências normais, mas, graças a Deus, dá para administrar numa boa. As minhas filhas já estão trabalhando. A gente fica mais em falta é com a primeira geração, né? Com mãe, o pai e tal... E aí você não tem tanto tempo, né?" (M1)

Diante da atual independência das filhas, M1 volta sua atenção para o passado, para a primeira geração e seu sentimento de culpa se revela em termos de ausência com seus pais. Nessa colocação, é possível perceber que M1 utiliza, num primeiro momento, o mecanismo defensivo da negação, explicitando, depois, sua culpa.

M2 relatou o próprio sentimento de culpa, ao mesmo tempo, tentou explicar racionalmente a inevitabilidade dessa situação:

[...] alguma coisa fica faltando nessa história. É um acompanhamento maior de estudo, né? Isso falta. Isso falta sim. [...] não dá para fazer tudo, né? [...] eu não gostaria de parar de trabalhar, porque meu histórico, eu estaria totalmente infeliz, e nem posso, né? (M2)

M3, por sua vez, apesar do reconhecimento de que está fazendo o mestrado em um período tranquilo de sua vida, pois suas filhas já são relativamente independentes e a família está bem estruturada, confessa ter vivenciado o sentimento de culpa no passado, o qual é, contudo, amenizado pelo balanço que faz da condição de suas filhas e de sua família hoje. Em seu relato, é possível perceber a utilização do mecanismo de defesa de racionalização, em que, através de explicações racionais, M3 alivia seu sentimento de culpa:

Eu acho que, mesmo tento passado por isso tudo, essa dupla jornada de trabalho, consegui conciliar de tal forma, que hoje eu tenho um marido que gosta de mim, minhas filhas estão equilibradas, cuidando da vida delas, estou com uma casa arrumada, como eu sempre gostei de ter [...] (M3)

M3 também revelou sua necessidade de ser percebida pelas filhas como uma boa mãe, que, apesar da ausência decorrente da longa jornada profissional, preocupa-se com elas e com a casa. A entrevistada lembrou momentos em que se considerou muito ausente com as filhas, deixando transparecer o peso que tal situação significou.

Eu me sentia culpada por não dar a atenção que eu achava que elas precisavam. Embora eu tivesse dado atenção, mas ainda não era o suficiente. Então eu já me senti muito assim...cansada, uma mãe que não era aquela mãe que a gente acha que tem que ser. (M3)

No caso de M5, a sensação de culpa se revelou de forma mais explícita durante a entrevista, ressaltando o sentimento de que se considera em falta com sua família, em termos de atenção, e se julga responsável pelo prejuízo causado à dinâmica familiar.

Os filhos reclamaram. Ficam horas falando da minha impaciência, reclamando e perguntando: quando é que isso acaba? É duro demais, é duro, porque você vê que você está falhando mesmo. (M5)

Foi possível constatar, em diversos momentos, a presença do sentimento de culpa no íntimo de cada entrevistada, em consonância com os resultados de estudos realizados por Bittencourt (1980), envolvendo mulheres que tentam conciliar as lidas do lar e a educação dos filhos com o trabalho extra-lar. Segundo essa autora, é recorrente a percepção de que estão abandonando o papel tradicional de mães e educadoras. Girão (2001) explica esse sentimento de culpa como derivado dos condicionamentos sociais a que as mulheres nessas condições são submetidas. Em síntese, foi possível perceber, durante as entrevistas, alguns rearranjos psíquicos para amenizarem essa culpa, principalmente porque, para elas, é muito importante estarem trabalhando e estudando.

4.4 Mestrado: necessidade de atualização

Para quatro, das cinco mulheres entrevistadas, a opção pela realização do mestrado decorreu de uma necessidade profissional, em função da posição alcançada na carreira. Todas já haviam feito anteriormente pelo menos um curso de pós-graduação *lato sensu*; portanto, o mestrado seria o passo seguinte em seu processo de educação continuada, com vistas à atualização profissional. Nenhuma delas mencionou a ligação entre a necessidade de atualização e questões atinentes ao gênero.

A pesquisa evidenciou, no relato de duas das entrevistadas, a necessidade do mestrado, não apenas pela importância que essa formação é capaz de lhes proporcionar em seu processo de atualização profissional, mas também por permitir-lhes a sobrevivência no mercado de trabalho, ou seja, garantir sua empregabilidade:

Faço porque eu quero continuar no mercado de trabalho. E, para continuar no mercado, eu tenho que fazer aquilo que eu percebo que é um desejo da empresa, uma necessidade da empresa. (M3)

Quando solicitadas a fazer uma avaliação sobre os benefícios que o mestrado lhes trouxe, as cinco entrevistas apresentaram, em seus depoimentos, um ponto em comum: a importância do curso como ampliação de sua visão e de suas alternativas de trabalho.

É claro que o mestrado dá uma outra visão de empresa [...] de visão de mundo, de questionamentos, inclusive que eu fiz a meu respeito com as pessoas. Se eu não tivesse mestrado, eles nunca iam saber quem é a M2. É claro que eu devo muito ao mestrado. (M2)

[...] não é porque fez mestrado, então vai ganhar uma promoção. Não é nada disso não. Eu estou fazendo para eu aprender. E, se eu não aprender tudo, pelo menos hoje, eu tenho uma visão maior e sei onde buscar os caminhos. (M3)

4.5 Conciliação da tripla jornada de trabalho: a arte do beija-flor

Laufer (2003), ao abordar a questão das desigualdades entre o trabalho masculino e feminino, ressalta a conquista masculina do direito a tempo livre, através da redução da jornada de trabalho e das férias pagas, possibilitando-lhes existir fora da esfera do trabalho. Quanto ao segmento feminino, a situação é outra: apesar de o trabalho assalariado dar acesso à cidadania plena, o direito ao tempo livre fica-lhes restrito.

Dentre as cinco mulheres participantes da pesquisa, quatro relataram que uma das formas que encontraram para conciliar as atividades da tripla jornada de trabalho foi a abdicação de seu tempo livre, deixando de praticar exercícios físicos, diminuindo a frequência de saídas com os filhos, marido ou amigos, enfim, preenchendo o tempo de descanso, das férias e dos finais de semana com os estudos. Em resumo, ainda que tenha sido confirmada pela pesquisa a sobrecarga de atividades das mulheres, advinda da realização de tarefas além do trabalho formal, não pôde ser observada uma correlação entre o acúmulo de trabalho e o adoecimento físico ou psíquico, no conjunto das mulheres entrevistadas.

Além da abdicação do lazer, as mulheres entrevistadas relataram, dentre outras estratégias, ajustes práticos que têm efetivado para facilitar sua rotina. O apoio da família foi um outro fator ressaltado por algumas entrevistadas. Duas delas (M2 e M4) destacaram,

ainda, sua saúde física e a natural energia como facilitadores pessoais que as ajudam a manter o ritmo de trabalho. Já M5 reportou-se à sua força de vontade, como um fator determinante para alavancar o processo. Ao ser indagada sobre como consegue conciliar todas as suas atividades respondeu:

Acho que pela minha vontade de estar finalizando essas coisas todas que eu comecei e de não deixar nada pelo meio do caminho. Mas, a gente só consegue articular as coisas quando se esforça para isso. É uma coisa que vem de dentro. É espontânea. (M5)

Cabe observar que duas das mulheres entrevistadas (M1 e M4) declaram sentir a necessidade pessoal de maior qualidade de vida:

Eu fico tentando é achar mais o que eu chamo de qualidade de vida. Mais lazer e menos, um pouquinho menos de trabalho. Mas, ao mesmo tempo, você fala assim: e por que você não abre mão? Não, não quero abrir mão, por exemplo, de um emprego para fazer isso. Então, eu vou vivendo assim mesmo, vou comendo pelas beiradas. (M1)

Esse negócio de querer fazer tantas coisas, talvez eu perca um pouco em qualidade. Não é qualidade de sair perfeito, bacana, não; é de aproveitar mesmo. É de aproveitar mais o tempo com a minha filha, [...] no consultório, [...] estudando, entendeu? Eu tenho um perfil de querer dar conta, e aí acaba que não consigo aproveitar tudo. (M4)

Dejours (1991) observa que a relação do trabalho com o prazer ou com o sofrimento não é pré-determinada. Portanto, o fato de ser a tripla jornada de trabalho exaustiva, em termos de tempo e dedicação exigidos da mulher, não significa, isoladamente, tratar-se de uma fonte de sofrimento. Segundo relatos das mulheres entrevistadas, pode-se concluir que o trabalho, para elas, é equilibrante (considerando aqui o trabalho da tripla jornada), no sentido de que permite vias adequadas de descarga da tensão, na medida em que elas se sentem livres para fazer as adaptações necessárias em seu trabalho e encontrar sentido no que fazem.

Dejours (1992) explora em seus estudos situações em que o trabalho favorece o equilíbrio mental e a saúde do corpo, podendo até contribuir para que o organismo desenvolva maior resistência à fadiga e às doenças, nos casos em que a organização do trabalho é favorável e as exigências (intelectuais, motoras e psicossensoriais) da tarefa estão de acordo com as necessidades do trabalhador. Quando isso ocorre, o trabalho é exercido com prazer, pois a organização do trabalho vai ao encontro dos desejos psicológicos e das necessidades fisiológicas do sujeito, permitindo-lhe uma melhor adaptação:

Eu acho que, em relação a essa história da tripla jornada, sem dúvida, para mim, isso é um sinal de um novo tempo. E é um desafio que a própria mulher está construindo para ela, entendeu? Então, assim, isso pode vir a ser um peso, mas pode se transformar num valor, numa escolha, entende? [...] Para mim, eu tenho certeza absoluta de que é escolha, mesmo reconhecendo que há uma necessidade. Mas não um peso, é um valor. (M4)

Se eu pudesse, seria o beija-flor. Ele é rápido, vai nas flores e tudo rapidinho, mas ele é leve, né? [...] Então, assim, eu tenho essa velocidade que é minha. Mas procurar fazer isso tudo com leveza... não fazer de uma forma pesada, como obrigação, sabe? Procurar fazer com prazer, de uma coisa leve, o mais leve possível. (M2)

A alusão ao beija-flor por parte de M2 é um dos importantes achados da pesquisa porque tem a capacidade de sintetizar os resultados. Os beija-flores são aves de pequeno porte que se alimentam do néctar das flores. Seu vôo é rápido e extremamente ágil, e podem bater as asas mais de 70 a 80 vezes por segundo. A primeira influência importante dos beija-flores no equilíbrio biológico da natureza se relaciona com a sua função de agentes polinizadores de um grande número de espécies botânicas. Portanto, sua presença na natureza está relacionada ao trabalho e também à reprodução. O beija-flor carrega forte simbologia. No México, os astecas acreditavam que as almas dos guerreiros mortos regressavam à vida sob forma de borboleta e de beija-flores. No plano místico, ele está relacionado, ainda, à cura, ao amor

romântico, à claridade, à graça, à sorte e à suavidade. Esse parece ser o ideal das mulheres dessa pesquisa, o de constante superação, de serem bem sucedidas no espaço produtivo, assim como os homens, mas de continuar sendo útil no plano familiar, no qual pode dar vazão aos seus afetos, o que realmente caracteriza o feminino.

Em razão disso, a sublimação (canalização de energia para atividades socialmente aprovadas/produzidas, sendo considerada, portanto, uma defesa bem sucedida), pôde ser observada como a principal forma das mulheres desse estudo lidar com as pressões da tripla jornada de trabalho. Segundo Tallaferro (1989), quando o trabalho assume o sentido de sublimação da energia, representa antes de tudo uma atividade prazerosa.

5 Considerações finais

O trabalho desenvolvido pretendeu analisar como as mulheres lidam com as pressões advindas da necessidade de conciliação das responsabilidades decorrentes de sua tripla jornada de trabalho, entendida aqui como atividades profissionais, do lar e da educação continuada. Para isso, foram realizadas entrevistas durante as quais foram obtidos depoimentos de cinco mulheres quanto às suas atribuições no trabalho, no lar e no curso de mestrado que realizavam naquele momento.

No que se refere às atividades profissionais, constatou-se que, apesar de exercerem funções diversificadas, todas exerciam atividade de alto grau de complexidade. Em função disso, tornou-se necessário que estivessem academicamente atualizadas.

Em relação às atividades do lar, as responsabilidades dessas mulheres eram, em parte, divididas com a empregada doméstica e com o marido. Essa delegação de atribuições revelou-se um fator fundamental para a conciliação da tripla jornada de trabalho. Pode-se inferir, portanto, que no caso dessas mulheres tem acontecido uma revisão da organização familiar, em termos de papéis tradicionalmente atribuídos a cada um dos sexos; contudo, as mesmas ainda se sentiam culpadas por suas ausências em relação aos filhos e aos cuidados com o lar.

Quanto às atividades do mestrado, a maioria das mulheres teve que abdicar do tempo de lazer (noites, fins de semana e férias) para se dedicar aos estudos.

No que diz respeito à forma como essas mulheres lidam com a tripla jornada de trabalho, foi surpreendente observar que, mesmo pressionadas pelo acúmulo de atividades e pelas exigências, elas têm uma percepção positiva a esse respeito, fazendo questão de não falar de suas atribuições como peso, mas, sim, como realização e satisfação. Os dados revelaram que, a história do trabalho, na vida dessas mulheres, foi construída como meio de obterem realização pessoal e profissional. A influência familiar foi marcante nesse sentido.

De uma forma geral, o balanço feito pelas entrevistadas sobre o significado de sua tripla jornada de trabalho foi positivo. Há o cansaço, a impaciência, a culpa, a abdicar do lazer, dos cuidados pessoais e do convívio com familiares e amigos, mas nada disso foi relatado como fator de adoecimento físico ou psíquico.

É importante ressaltar que os achados desta pesquisa revelaram a necessidade de aprofundamento da questão do significado do trabalho para as mulheres e como elas têm-se sentido em relação às suas conquistas. Ao contrário do que é ressaltado na teoria sobre a precariedade da condição de trabalho feminino, o que se verificou foi o fato de a mulher estar conquistando um espaço na sociedade e no mercado de trabalho, fonte de reconhecimento e de satisfação. Apesar disso, é inegável que ela ainda é vítima de preconceitos e de desvantagens em relação ao homem, no contexto do trabalho. Outras variáveis como classes sociais, idade das mulheres e idade dos filhos poderão ser estudadas em outras pesquisas sobre a tripla jornada de trabalho feminina, já que essas fugiram ao escopo deste trabalho.

Referências

- ALMEIDA, W. C. *Defesas do ego: leitura didática de seus mecanismos*. 2. ed. São Paulo: Ágora, 1996.
- BARROS, P. C. R. e MENDES, A. M. B. Sofrimento psíquico no trabalho e estratégias defensivas dos operários terceirizados da construção civil. *Psico-USF*, Bragança Paulista, v. 8, n.1, p.63-70. Jan./Jun. 2003.
- BITTENCOURT, S. R. V. *A participação da mulher no mercado de trabalho e o cuidado dispensado aos filhos menores de sete anos, durante a ausência materna*. 1980. 75f. Dissertação (Mestrado em Saúde Comunitária) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1980.
- BRUSCHINI, C. *Trabalho feminino: trajetória de um tema, perspectivas para o futuro*. CIEC - *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, ano 2, n.1, 1º semestre/1994, p.17-32.
- BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990. In: MARUANI, M. e HIRATA, H. (orgs.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Senac, 2003.
- BUENO, C. M. L. B. *A mulher e a culpa. Relações entre o trabalho e a maternidade. Um estudo realizado com operárias das indústrias do setor coureiro-calçadista de Franca, SP*. 1998. 212f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), UNESP, São Paulo, 1998.
- COELHO, S. V. As transformações da família no contexto brasileiro: uma perspectiva das relações de gênero. In: AUN, Juliana Gontijo. *Atendimento sistêmico de famílias e redes sociais: fundamentos teóricos e epistemológicos*. Belo Horizonte: Ophicina de Arte & Prosa, 2005, p.152-164.
- CORRÊA, A. M. H. *O assédio moral na trajetória profissional de mulheres gerentes: evidências nas histórias de vida*. 2004. 184f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.
- DEJOURS, C. Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. In: CHANLAT, J. F. (coordenador). *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. Volume I, 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- DEJOURS, C. *A loucura no trabalho: estudo de Psicopatologia do Trabalho*. 5. ed. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.
- DEJOURS, C. A carga psíquica do trabalho. In: DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejuriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994.
- DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E. Itinerário teórico em Psicopatologia do Trabalho In: DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejuriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas. 1994.
- DEJOURS, C. *Addendum da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (Orgs.). *Christophe Dejours da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.
- GIRÃO, I. C. C. *Representações sociais de gênero: suporte para as novas formas de organização do trabalho*. 2001. 130f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

JACQUES, M. G. C. Identidade e trabalho: uma articulação indispensável.. In: TAMAYO, A.; CODO, W.; BORGES-ANDRADE, J. E. *Trabalho, organizações e cultura*. São Paulo: ANPEPP, 1996.

IBGE. Indicadores IBGE. *Pesquisa Mensal de Emprego*, dez. 2008. Disponível em: www.ibge.gov.br, acesso em 23/01/2009.

IBGE. *Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil*. Estudos e Pesquisas: informações demográficas e socioeconômicas, 2000. Disponível em: www.ibge.gov.br, acesso em 23/01/2009.

LAUFER, J. Introdução: Entre a esfera pública e a esfera privada: os desafios dos direitos da mulher. In: MARUANI, M.; HIRATA, H. (orgs.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Senac, 2003.

LEITE, A. C.; GOULART, I. B. Competência na perspectiva do trabalho. In: GOULART, I. B. (Org). *Temas de Psicologia e Administração*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

MEIHY, J. C. S. B. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 1996.

MENDES, A. M.; COSTA, V. P. e BARROS, P. C. R. Estratégias de enfrentamento do sofrimento psíquico no trabalho bancário. *Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia da UERJ*. Rio de Janeiro, v. 3, n.1, p.59-72, 2003.

NICOLACI-DA-COSTA, A. M. Mal-estar na família: descontinuidade e conflito entre sistemas simbólicos. In: Figueira, Sérvulo (Org). *Cultura da psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

OLIVEIRA, N.; OLIVEIRA, R. C. M., DALFIOR, S. *Gênero e novas perspectivas de trabalho: um estudo junto a mulheres gerentes de atendimento no Banco do Brasil*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 24, 2000, Florianópolis, *Anais...* Florianópolis: ENANPAD, 2000.

SELIGMANN-SILVA, E. *Desgaste mental no trabalho dominado*. Rio de Janeiro: Cortez, 1994.

TALLAFERRO, A. *Curso básico de psicanálise*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas Editora, 1998.

VILAS BOAS, L. H. B.; PAULA NETO, A.; CRAMER, L. Relações de gênero nas organizações: um estudo no setor de vendas de veículos. *Revista de Administração*, São Paulo, v.38, n.3, p.219-229, jul./ago./set. 2003.

WÜNSCH FILHO, V. Perfil epidemiológico dos trabalhadores. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p-103-117, abr.-jun. 2004.